

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.451.085 - SP (2019/0043199-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **MARCOS ROBERTO DE FAVARI**
ADVOGADO : **FELIPE AUGUSTO TADINI MARTINS - SP331333**
AGRAVADO : **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA**
ADVOGADOS : **RICARDO SORDI MARCHI - SP154127**
: **FABIANA BARBASSA LUCIANO - SP320144**
: **PAULA PUCINELI CATITA - SP376222**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARCOS ROBERTO DE FAVARI contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. IMÓVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DESPESAS DE CANCELAMENTO DE HIPOTECA. INADMISSIBILIDADE. CLÁUSULA DE TEOR CLARO E INEQUÍVOCO, ATRIBUINDO AO ADQUIRENTE A RESPONSABILIDADE PELO ADIMPLENTO DE TAL DESPESA. COMPROMISSÁRIO COMPRADOR QUE, SALVO ESTIPULAÇÃO EM CONTRÁRIO, DEVE ARCAR COM AS DESPESAS DE ESCRITURA E REGISTRO IMOBILIÁRIO, FICANDO A CARGO DO VENDEDOR AS DE TRADIÇÃO. CLÁUSULA QUE TRADUZ MERA REPRODUÇÃO DO ART. 490 DO CC. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO" (fl. 222 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 228/234 e-STJ), o recorrente alega divergência jurisprudencial. Aduz, em síntese, que

"(...) eventuais custos para regularização de situação anterior ao negócio jurídico junto ao Registro de Imóveis não podem se impostos ao consumidor adquirente.

No caso em exame, o emolumento pago pela recorrida (e repassado à recorrente) deveu-se ao cancelamento de hipoteca anterior à promessa. Não se destinou a custear a escritura e o registro do imóvel prometido à venda, nos termos do art. 490, do Código Civil.

Portanto, a cobrança da despesa em específico, por sua natureza, importa abuso de direito".

Contrarrazões às fls. 236/243 (e-STJ).

O recurso foi inadmitido na origem (fls. 244 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Com efeito, o apelo extremo fundamentado na divergência jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado a questão sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal. Com efeito, se nas razões de recurso especial não há sequer a indicação de acórdãos paradigmas, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284/STF.

A esse respeito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO DE TÍTULO. NULIDADE. PEDIDO DE DILIGÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. NECESSÁRIO REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 284/STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

4. Incabível a alegação de divergência jurisprudencial sem a citação de acórdão paradigma. Incidência da Súmula 284 do STF.

5. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 431.782/MA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 6/5/2014, DJe 12/5/2014).

Ademais, no tocante à suposta ofensa à Súmula nº 308/STJ, esta Corte Superior é firme no entendimento de que é incabível a análise de recurso especial, por quaisquer das alíneas do permissivo constitucional, que tenha por fundamento violação de enunciado ou súmula de Tribunal Superior, por não se enquadrar no conceito de lei previsto no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. VIOLAÇÃO A SÚMULA E DISSÍDIO COM VERBETE SUMULAR.

1. O conceito de súmula não se confunde com o de 'lei federal', razão pela qual é de ser negado seguimento a recurso especial, pela alínea 'a' do permissivo constitucional, quando alegado malferimento a verbatim sumular.

2. Na esteira dos precedentes deste Tribunal, não configura o dissídio jurisprudencial o confronto com súmula, cabendo ao recorrente realizar o cotejo analítico e demonstrar a divergência, utilizando-se, para tanto, dos julgados que deram origem ao enunciado sumular.

3. Decisão agravada mantida pelos seus próprios fundamentos.

4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO" (AgRg no REsp 882.392/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, julgado em

17/3/2011, DJe 23/3/2011 - grifou-se).

"CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVOS REGIMENTAIS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL. MORTE DE GENITOR. INDENIZAÇÃO. VALOR. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL OU CAUÇÃO FIDEJUSSÓRIA. SÚMULA N. 313-STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. INADMISSIBILIDADE. VERBA HONORÁRIA. FIXAÇÃO. APLICAÇÃO DO DIREITO À ESPÉCIE. ARTIGO 257, DO RISTJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ENUNCIADOS DE SÚMULA. INSERVÍVEL. DESPROVIMENTOS.

(...)

VI. 'Os enunciados sumulares não se prestam à demonstração da divergência jurisprudencial, porquanto não permitem o cotejo entre as espécies fáticas. Precedentes.' (4ª Turma, AgRg no REsp 1.064.272/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJe de 24.08.2009).

VII. Agravos regimentais desprovidos" (AgRg no Ag 1.019.969/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Quarta Turma, julgado em 5/4/2011, DJe 11/4/2011 - grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 22 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator